

Relatório Anual 2019

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi
Cooperação RS/SCCooperativa de Crédito,
Poupança e Investimento Cooperação RS/SC -
Sicredi Cooperação RS/SC
(anteriormente denominada Cooperativa de
Crédito, Poupança e Investimento Alto Jacuí
RS - Sicredi Alto Jacuí RS)**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Jacuí RS - Sicredi Alto Jacuí RS)
Não-Me-Toque/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Jacuí RS - Sicredi Alto Jacuí RS, (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC, anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Jacuí RS - Sicredi Alto Jacuí RS, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	19.357	22.730
Carteira de Crédito *	172.746	294.340
Depósitos	172.723	268.912
Patrimônio Líquido	86.112	130.769
Capital	29.906	39.687
Resultado Antes das Destinações	5.799	18.313
Rentabilidade do PL	6,73%	14,00%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Jacuí RS - Sicredi Alto Jacuí RS)
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018		
CIRCULANTE	430.163	368.480	CIRCULANTE	223.879	175.838		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	5.251	4.386	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	91.338	63.606
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	5.885	-	Depósitos à Vista		55.326	46.720
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.885	-	Depósitos Interfinanceiros		5.040	-
Carteira Própria		112.767	-	Depósitos a Prazo		36.972	16.886
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	112.767	-	RELACIONES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	106.406	91.535
Títulos e Valores Mobiliários		112.767	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	21
RELACIONES INTERFINANCEIRAS		71.695	168.461	Repasses Interfinanceiros		106.406	91.514
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		500	17	RELACIONES INTERDEPENDÊNCIAS		1.218	872
Correspondentes no país		141	103	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.218	872
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	71.054	168.341	OUTRAS OBRIGAÇÕES		24.917	19.825
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	216.169	188.496	Créditos a Pessoas Jurídicas e Adm. de Tributos		72	6
Operações de Crédito		215.832	188.224	Sociais e Estatutárias		4.475	3.780
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(5.663)	(5.720)	Fiscais e Previdenciárias		912	695
Diversos	(NOTA 07 e 08)	15.876	11.720	Diversas	(NOTA 14)	19.458	15.294
OUTROS CRÉDITOS		16.603	12.483				
Créditos por Avisos e Fianças Honrados		117	56				
Rendas a Receber		855	883				
Créditos Específicos		430	406				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	15.876	11.720				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(675)	(582)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	3.793	2.654				
Outros Valores e Bens		3.710	2.595				
Despesas Antecipadas		83	59				
NÃO CIRCULANTE	116.170	89.993	NÃO CIRCULANTE	191.685	168.004		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		116.170	89.993	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		191.685	168.004
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	14.526	22.150	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	177.574	166.445
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		14.526	22.150	Depósitos Interfinanceiros		-	4.756
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	80.171	47.398	Depósitos a Prazo		177.574	161.689
Operações de Crédito		84.048	50.784	RELACIONES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	14.111	1.559
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(3.877)	(3.386)	Repasses Interfinanceiros		14.111	1.559
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 08)	2	2				
Diversos		2	2				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	6	28				
Despesas Antecipadas		6	28				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	12.569	12.569	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		130.769	114.631
Outros Investimentos		12.569	12.569	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	39.687	37.361
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	6.232	4.921	De Domiciliados no País		39.883	37.416
Imóveis de Uso		142	142	(Capital a Realizar)		(196)	(55)
Outras Imobilizações de Uso		11.097	8.796	RESERVAS DE SOBRAS		88.042	74.787
(Depreciação acumulada)		(4.906)	(4.007)	SOBRADAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.040	2.483
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	2.563	2.915				
Outros Ativos Intangíveis		6.087	5.774				
(Amortização acumulada)		(3.524)	(2.859)				
TOTAL DO ATIVO	546.333	458.473	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	546.333	458.473		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Jacuí RS - Sicredi Alto Jacuí RS)
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	23.928	-	23.928	45.645	-	45.645	39.248	2	39.250
Operações de Crédito	22.857	-	22.857	43.929	-	43.929	38.809	2	38.811
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.064	-	1.064	1.702	-	1.702	427	-	427
Resultado das Aplicações Compulsórias	7	-	7	14	-	14	12	-	12
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(9.695)	(36)	(9.731)	(17.884)	(56)	(17.940)	(16.786)	(37)	(16.823)
Operações de Captação no Mercado	(4.434)	(36)	(4.470)	(9.234)	(56)	(9.290)	(8.940)	(37)	(8.977)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.003)	-	(3.003)	(5.540)	-	(5.540)	(5.071)	-	(5.071)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.258)	-	(2.258)	(3.110)	-	(3.110)	(2.775)	-	(2.775)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	14.233	(36)	14.197	27.761	(56)	27.705	22.462	(35)	22.427
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(7.334)	2.000	(5.334)	(11.697)	3.661	(8.036)	(7.937)	3.499	(4.438)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.461	4.308	6.769	4.905	8.382	13.287	4.577	7.701	12.278
Rendas de Tarifas Bancárias	2.201	-	2.201	4.290	-	4.290	3.940	-	3.940
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.427)	(969)	(8.396)	(13.974)	(2.027)	(16.001)	(12.036)	(1.566)	(13.602)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(5.789)	(980)	(6.769)	(11.172)	(1.862)	(13.034)	(10.238)	(1.883)	(12.122)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(25)	(218)	(243)	(42)	(422)	(464)	(38)	(380)	(418)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	5.123	192	5.315	11.332	212	11.544	14.392	273	14.665
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(3.878)	(333)	(4.211)	(7.036)	(622)	(7.658)	(8.533)	(646)	(9.179)
RESULTADO OPERACIONAL	6.899	1.964	8.863	16.064	3.605	19.669	14.525	3.464	17.989
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	848	4	852	847	31	878	(5)	(1)	(6)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.747	1.968	9.715	16.911	3.636	20.547	14.520	3.463	17.983
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	137	137	-	(540)	(540)	-	(176)	(176)
Provisão para Imposto de Renda	-	92	92	-	(329)	(329)	-	(88)	(88)
Provisão para Contribuição Social	-	45	45	-	(211)	(211)	-	(88)	(88)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(919)	-	(919)	(2.040)	-	(2.040)	(1.712)	-	(1.712)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.828	2.105	8.933	14.871	3.096	17.967	12.808	3.287	16.095
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.096	(3.096)	-	3.287	(3.287)	-
REVERSÃO DE RESERVAS				346		346			
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.828	2.105	8.933	18.313		18.313	16.095		16.095
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.273)		(15.273)	(13.612)		(13.612)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.221)		(2.222)	(2.218)	-	(2.218)
Fates - Estatutário	-	-	-	(707)		(707)	(577)	-	(577)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.323)		(10.322)	(8.431)	-	(8.431)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.951)		(1.951)	(2.328)	-	(2.328)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(71)		(71)	(58)	-	(58)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.040		3.040	2.483		2.483

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Jacuí RS - Sicredi Alto Jacuí RS)
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	33.276	62.803	-	3.062	99.141
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.823	-	-	(1.823)	-
Destinações para reservas	-	1.225	-	(1.225)	-
Outras destinações	-	-	-	(14)	(14)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.124	-	-	-	1.124
Baixas de capital	(1.046)	-	-	-	(1.046)
Resultado do período	-	-	-	16.095	16.095
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(577)	(577)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.085	346	(8.431)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.184	-	-	(2.218)	(34)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.328	-	(2.328)	-
Reserva Legal - Outras Destinações	-	-	-	(58)	(58)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	37.361	74.441	346	2.483	114.631
Mutações do Período	4.085	11.638	346	(579)	15.490
Saldos no início do período em 01/01/2019	37.361	74.441	346	2.483	114.631
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(1.145)	(1.145)
Destinações para reservas	-	1.328	-	(1.328)	-
Outras destinações	-	-	-	(10)	(10)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.111	-	-	-	1.111
Baixas de capital	(972)	-	-	-	(972)
Reversões de reservas	-	-	(346)	346	-
Resultado do período	-	-	-	17.967	17.967
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(707)	(707)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.898	-	(9.898)	-
Reserva de Expansão - Estatutária	-	-	424	(424)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.187	-	-	(2.222)	(35)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.951	-	(1.951)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(71)	(71)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	39.687	87.618	424	3.040	130.769
Mutações do Período	2.326	13.177	78	557	16.138
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	37.377	75.769	346	9.034	122.526
Capital de associados					
Aumento de capital	674	-	-	-	674
Baixas de capital	(551)	-	-	-	(551)
Reversões de reservas	-	-	(346)	346	-
Resultado do período	-	-	-	8.933	8.933
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(707)	(707)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.898	-	(9.898)	-
Reserva de Expansão - Estatutária	-	-	424	(424)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.187	-	-	(2.222)	(35)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.951	-	(1.951)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(71)	(71)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	39.687	87.618	424	3.040	130.769
Mutações do Período	2.310	11.849	78	(5.994)	8.243

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento) CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	10.460	19.655	17.259
Resultado do semestre/exercício	8.933	17.967	16.095
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.527	1.688	1.164
Provisão para operações de crédito	1.263	426	254
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	91	93	(51)
Depreciação do imobilizado de uso	490	1.000	986
Amortização do intangível	347	665	593
Baixas do ativo permanente	1	32	7
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	78	122	(60)
Destinações ao FATES	(707)	(707)	(577)
Dividendos SicrediPar	(36)	57	12
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(75.203)	(112.208)	(311)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.139)	1.738	(17.727)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(112.767)	(112.767)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.550	-	2
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(489)	(483)	317
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(73)	(38)	(33)
(Aumento) em operações de crédito	(80.180)	(66.871)	(27.912)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	64.417	27.423	(27)
(Aumento) em outros créditos	(2.489)	(4.270)	(1.850)
(Aumento) em outros valores e bens	(231)	(1.117)	(2.557)
Aumento em depósitos	49.466	38.861	49.427
Aumento em relações interdependências passivas	858	346	208
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(4.029)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(310)	(596)	(571)
Aumento em outras obrigações	5.184	5.566	4.441
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(64.743)	(92.553)	16.948
Aquisição de Investimentos	-	-	(807)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.229)	(2.434)	(1.861)
Aplicações no Intangível	(99)	(313)	(1.178)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.328)	(2.747)	(3.846)
Integralização de capital	674	1.111	1.124
Baixa de capital	(551)	(972)	(1.046)
Juros ao capital próprio	(35)	(35)	(34)
Distribuição de Sobras	-	(1.155)	(14)
Outras destinações	(71)	(71)	(58)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	17	(1.122)	(28)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(66.054)	(96.422)	13.074
Caixa e equivalente de caixa no início do período	142.359	172.727	159.653
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	76.305	76.305	172.727

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Cooperação RS/SC - Sicredi Cooperação RS/SC (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Jacuí RS - Sicredi Alto Jacuí RS) ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 22/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	5.251	4.386
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	71.054	168.341
Total	76.305	172.727

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.885	-
DI entre Banco e Cooperativas	5.885	-
Total circulante	5.885	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.526	22.150
DI entre Banco e Cooperativas	14.526	17.443
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	4.706
Total não circulante	14.526	22.150

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	112.767	-
Total circulante	112.767	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	96.731	53.106	149.837	127.546	
Financiamentos	10.229	17.873	28.102	16.156	
Financiamentos rurais e agroindustriais	112.872	13.069	125.941	93.306	
Carteira total	219.832	84.048	303.880	237.008	

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	117	-	117	56	
Devedores por compra de valores e bens	199	-	199	-	
Títulos e créditos a receber (i)	14.685	2	14.687	10.726	
Total	15.001	2	15.003	10.782	

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	64	-	-
Nível A	0,50	129.884	91.459	649	457
Nível B	1,00	124.755	103.670	1.248	1.037
Nível C	3,00	44.009	36.538	1.320	1.096
Nível D	10,00	11.315	7.405	1.132	741
Nível E	30,00	3.833	2.711	1.150	813
Nível F	50,00	816	1.100	408	550
Nível G	70,00	1.310	822	917	575
Nível H	100,00	2.961	4.021	2.961	4.021
Total (i)		318.883	247.790	9.785	9.290

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 430 (2018 - R\$ 406).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			2018	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.515	21.524	35.395	32.901	91.335	71.859
Rural	88	11.986	100.798	13.069	125.941	93.306
Industrial	41	1.961	4.491	10.015	16.508	12.741
Comércio	293	6.654	11.592	13.294	31.833	31.914
Outros Serviços	197	7.948	30.350	14.771	53.266	37.970
Total	2.134	50.073	182.626	84.050	318.883	247.790

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	48.769	15,29	41.196	16,63
50 devedores seguintes	63.197	19,82	59.865	24,16
100 devedores seguintes	51.116	16,03	36.262	14,63
Demais	155.801	48,86	110.467	44,58
Total	318.883	100	247.790	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	9.696	9.493
Constituição de provisão	3.110	2.775
Movimentação de baixados para prejuízo	(2.591)	(2.572)
Saldo final	10.215	9.696

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.458 (2018 - R\$ 3.242), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.766 (2018 - R\$ 5.856).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	68	80
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	369	322
Devedores por compra de valores e bens	199	-
Devedores por depósitos em garantia	77	48
Impostos e contribuições a compensar	23	52
Títulos e créditos a receber (ii)	14.685	10.724
Cotas de consórcio	180	153
Operações com cartões	207	259
Pendências a regularizar	28	26
Outros	40	56
Total Circulante	15.876	11.720

Títulos e créditos a receber (ii)	2	2
Total não circulante	2	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.710	2.595
Imóveis	3.655	2.595
Veículos e afins	55	-
Despesas antecipadas	83	59
Total Circulante	3.793	2.654

Despesas antecipadas	6	28
Total não circulante	6	28

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.802	6.802
Sicredi Participações S.A.	5.750	5.750
Outras Participações e Investimentos	17	17
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	16	16
Total	12.569	12.569

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	1.866.825 ON	1.866.825 ON	1	1	6.802.459	6.802.459
	3.882.164 PN	3.882.164 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,55%	0,65%	0,62%	0,62%	1,74%	1,77%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	5.750	5.750	1	1	6.802	6.802

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019		2018	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	11.239	(4.906)	6.333	4.931
Imobilizações em curso	-	1.630	-	1.630	1.411
Terrenos	-	6	-	6	6
Edificações	4%	136	(136)	-	-
Instalações	10%	2.927	(1.498)	1.429	850
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.879	(1.374)	1.505	1.327
Sistema de comunicação	10%	113	(51)	62	68
Sistema de processamento de dados	20%	2.632	(1.558)	1.074	1.003
Sistema de segurança	10%	500	(131)	369	225
Sistema de transporte	20%	416	(158)	258	41
Intangível (i)		6.087	(3.524)	2.563	2.915
Investimentos Confederação		6.087	(3.524)	2.563	2.915
Total		17.326	(8.430)	8.896	7.846

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	55.326	-	-	55.326	46.720
Depósitos Interfinanceiros	-	5.040	-	5.040	4.756
Depósitos a prazo	3.692	27.280	177.574	208.546	178.575
Total	59.018	32.320	177.574	268.912	230.051

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	106.406	91.514
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	106.406	91.514
Total circulante	106.406	91.514
Recursos do Crédito Rural	14.111	1.559
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	14.111	1.559
Total não circulante	14.111	1.559

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,75% a.a. com vencimentos até 20/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	738	270
Obrigações por convênios oficiais	-	3
Provisão para pagamentos a efetuar	1.559	1.496
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	240	118
Outras Contingências	4	5
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.731	1.560
Pendências a regularizar	38	67
Operações com cartões	14.245	10.760
Demais fornecedores	372	454
Créditos diversos	531	561
Total circulante	19.458	15.294

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	112	98	-	210
Cível	6	-	(6)	-
Tributária	-	30	-	30
Total	118	128	(6)	240

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	210	112
Cível	Provável	-	6
Tributária	Provável	30	-
Total		240	118

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 272; R\$ 87 (2018 - R\$ 136, R\$ 186 e R\$ 87), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	39.687	37.361
Total de associados	22.730	21.169

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.326 (2018 – R\$ 4.085), 2.187 R\$ (2018 – R\$ 4.007) via integralização de resultados e R\$ 1.111 (2018 – R\$ 1.124), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 972 (2018 – R\$ 1.046).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.221, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES e 3% para a Reserva de Expansão

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 648 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.507	16.271
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.402)	(6.834)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	18	12
Provisão resgate de milhas cartão	11	(47)
Brindes e Doações	(23)	(3)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(19)	65
Receita com atos cooperativos	5.948	5.379
Juros sobre capital próprio	888	932
Lucros e dividendos	15	39
Outros	24	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	257
Subtotal	6.862	6.658
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(540)	(176)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	20.411	22.150
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	112.767	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	71.054	168.341
Outros Créditos - Rendas a receber	732	733
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	387	275
Investimentos (Nota 10)	12.553	12.553
Intangível (Nota 11)	2.563	2.915
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	5.040	4.756
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	120.517	93.073
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	14.123	10.437
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.702	427
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.225	4.624
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	8.857	11.232
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	648	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	284	-
Operações de Empréstimos e Repasses	5.540	5.071
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.175	1.123
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	3.983	3.850

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	138	0,25%	83
Depósitos a prazo	2.374	1,14%	2.039
Operações de crédito	1.820	0,60%	3.856

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.453	1.968

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	370	344
Despesa de aluguéis	1.444	1.308
Despesa de comunicação	961	830
Despesa de manutenção e conservação	954	777
Despesa de material	256	196
Despesa processamento dados	278	205
Despesa de promoções e relações públicas	1.185	981
Despesa de propaganda e publicidade	125	133
Despesa de seguro	79	77
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.113	1.228
Despesa de serviços de terceiros	385	293
Despesa de serviços de vigilância e segurança	790	764
Despesa de serviços de técnicos especializados	688	714
Despesa de serviços de transportes	808	770
Despesa de viagem	118	153
Despesa de depreciação e amortização	1.000	986
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	665	594
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	596	571
Outras despesas administrativas	1.219	1.198
Total	13.034	12.122

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	444	1.053
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	8.536	10.828
Reversão de provisões operacionais	1.829	1.916
Outras rendas operacionais	735	868
Total	11.544	14.665

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	430	1.560
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	279	164
Contribuição Confederação Sicredi	3.210	3.044
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	314	345
Encargos da administração financeira	48	72
Repasso administradora de Cartões	134	144
Outras despesas de Cartões	640	534
Outras provisões operacionais	1.922	2.021
Outras despesas operacionais	550	1.177
Total	7.658	9.179

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	101.113	93.238
Coobrigações em cessões de crédito	88	106
Total	101.201	93.344

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	128.206	111.715
Nível I (NI)	128.206	111.715
Capital principal - CP	128.206	111.715
Capital social	39.687	37.361
Reservas de capital	88.042	74.786
Lucros acumulados	3.040	2.483
Ajustes Prudenciais	(2.563)	(2.915)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	456.504	403.301
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	537	374
Margem de Capital (i)	79.736	68.994
Índice de Basileia (PR / RWA)	28,08%	27,70%
Situação de Imobilização (Imob)	6.350	4.948
Índice de Imobilização (Imob / PR)	4,95%	4,43%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nélio Heller
Diretor Executivo
CPF: 945.337.920-49

Airton Martin Schuster
Diretor de Operações
CPF: 429.875.550-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20